

ANEXO – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA
RETIFICADO

CARGO: CONTADOR

1. Tipologia e gênero textual;
2. Interpretação de texto;
3. Níveis de Linguagem;
4. Sinonímia e antonímia;
5. Homonímia e paronímia;
6. Polissemia;
7. Denotação e conotação;
8. Ambiguidade;
9. Pressupostos e subentendidos;
10. Figuras de linguagem;
11. Classes de palavras: emprego e especificidades;
12. Concordância verbal e nominal;
13. Regência verbal e nominal;
14. Sintaxe da oração e do período;
15. Crase;
16. Ortografia;
17. Acentuação;
18. Pontuação;
19. Paralelismo sintático e semântico;
20. Coesão e Coerência.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIANA, Antônio Carlos (org.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 2008.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal (com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais);
 - 1.1 Da Administração Pública (arts. 37 e 38);
 - 1.2 Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41).

2. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
3. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública;
4. Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
6. Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até a Emenda Constitucional nº 129, de 05 de julho de 2023.

_____. Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994 (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

_____. Decreto n.º 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007 (e alterações posteriores). Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 9.784, de 29 de junho de 1999 (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Lei 11.091/2005 (e alterações posteriores). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

_____. Lei 11.892/2008 (e alterações posteriores). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores).

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

****Legislação disponível nos sites www.planalto.gov.br e www.presidencia.gov.br****

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Contabilidade Geral

- 1.1. Contabilidade: conceito, objeto, objetivo, finalidade, campo de aplicação e seus usuários.
- 1.2. Patrimônio: conceito, bens, direitos, obrigações, aspectos qualitativo e quantitativo do patrimônio, representação gráfica, equação patrimonial, situações líquidas patrimoniais, provisões.
- 1.3. Contas: conceito, elementos essenciais, natureza, classificação, funções; Teoria da Contas.
- 1.4. Plano de contas: funções e condições para formação de um plano de contas.
- 1.5. Atos e fatos administrativos: fatos permutativos, modificativos e mistos.
- 1.6. Escrituração: conceito, método de escrituração, lançamentos, elementos essenciais e fórmulas de lançamentos.
- 1.7. Regimes Contábeis: caixa, competência.
- 1.8. Operações com Mercadorias: Fatos que alteram os valores de compras e venda de mercadorias, impostos e contribuições incidentes; Sistemas de Inventário.

- 1.9. Critério e avaliação de estoques: PEPS ou FIFO, UEPS ou LIFO, Custo Médio e apuração do resultado.
 - 1.10. Depreciação, amortização e exaustão: conceitos, determinação da vida útil, Métodos de depreciação, forma de cálculo e contabilização.
 - 1.11. Demonstrações Contábeis: (Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa).
 - 1.12. Dividendos e Reservas; Lucro e Prejuízo Acumulado.
 - 1.13. Análise das Demonstrações Contábeis: análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício; Tipos de Índices: Índice de Liquidez e Índices de Atividades. Capital Circulante Líquido.
 - 1.14. Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº 750/93 e Resolução nº 1.282/10 do CFC).
2. Contabilidade Pública
 - 2.1. Contabilidade Pública: conceito, objeto, objetivo, campo de atuação e sistemas (orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação).
 - 2.2. Patrimônio Público: conceito, bens públicos, inventário e as suas variações patrimoniais: aspectos patrimoniais, entidades que compõem a administração direta e indireta e contabilização.
 - 2.3. Regimes Contábeis: conceito e tipos de regimes (caixa, competência e misto).
 - 2.4. Orçamento Público: definição, processo de planejamento-orçamento: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Orçamento Anual (LOA).
 - 2.5. Princípios Orçamentários.
 - 2.6. Ciclo Orçamentário: elaboração, estudo e aprovação, execução, avaliação.
 - 2.7. Créditos adicionais: conceito, classificação, autorização de abertura, vigência e indicação e especificação de recursos.
 - 2.8. Receita Pública: conceito, classificação da receita orçamentária, receita extraorçamentária, classificação institucional, econômica e por fontes, estágios da receita e sua escrituração, restituição e anulação de receitas e sua escrituração, dívida ativa e sua escrituração.
 - 2.9. Despesa Pública: conceito, classificação da despesa orçamentária e extraorçamentária, classificação institucional, funcional e econômica, estágios da despesa e sua escrituração.
 - 2.10. Dívida Pública: conceito, dívida flutuante e fundada ou consolidada.
 - 2.11. Regime de adiantamento (Suprimento de Fundos).
 - 2.12. Balanços: Orçamentário, Financeiro, Demonstração das variações patrimoniais, balanço Patrimonial e Demonstração do fluxo de Caixa.
 - 2.13. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): estrutura do plano de contas, regra de codificação numérica, elenco de contas (sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema de compensação e sistema orçamentário).
 - 2.14. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – Parte Geral, I, II, III, IV e V.
 - 2.15. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – (SIAFI): conceito, objetivo, características e funcionalidade do sistema.
 - 2.16. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) 16.1 a 16.11.
 - 2.17. Prestação de contas e Tomada de contas.
 - 2.18. Controle interno e externo na Administração Pública: conceitos; tipos de controle; abordagem do controle interno; A controladoria Geral da União (finalidade, funções, atividades), Tribunal de Contas da União (controle externo).

2.19. Licitações: conceituação, modalidades, dispensa inexigibilidade, tipos de licitação, edital, anexos do edital, procedimento e julgamento, regimes ou formas de execução.

2.20. Responsabilidade na Gestão Fiscal e outras providências (Lei Complementar 101/2000 e 131/2005).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição Federal (1988).

_____. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em 27 jul. 2023.

_____. Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 27 jul. 2023.

_____. Lei complementar nº. 131 de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivo a Lcp101 de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Câmara dos deputados, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso em 27 jul. 2023.

~~_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (atualizada). Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 27 jul. 2023.~~

_____. Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em 27 jul. 2023.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a sociedade por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em 27 jul. 2023.

_____. Lei nº 11.638 de 28 de dez 2007, que altera a Lei 6404-76 - Lei das S/A - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm Acesso em 27 jul. 2023.

_____. Lei nº 11.941/09 de 27 de maio 2009, conversão da MP 449/2008 em lei http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm Acesso em 27 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - NBC TSP – do Setor Público. http://novoportal.cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TSP_28092015.pdf Acesso em: 27 jul. 2023.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. -17. ed. revista e atualizada - São Paulo. Atlas, 2017.

KOHAMA, Helio. Contabilidade pública: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição. <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26> . Acesso em 27 jul. 2023.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. Introdução à Contabilidade Gerencial. São Paulo, SP: Saraiva, 2011

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. 29.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Renato Jorge Brow. Administração financeira e orçamentária. 6. ed. Brasília: Vestcon, 2013.

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – (SIAFI).
<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/siafi> Acesso em 27 jul. 2023.

MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- Caneta esferográfica em material transparente com tinta azul ou preta, lápis e borracha.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CALCULADORA.

CARGO: NUTRICIONISTA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Tipologia e gênero textual;
2. Interpretação de texto;
3. Níveis de Linguagem;
4. Sinonímia e antonímia;
5. Homonímia e paronímia;
6. Polissemia;
7. Denotação e conotação;
8. Ambiguidade;
9. Pressupostos e subentendidos;
10. Figuras de linguagem;
11. Classes de palavras: emprego e especificidades;
12. Concordância verbal e nominal;
13. Regência verbal e nominal;
14. Sintaxe da oração e do período;
15. Crase;
16. Ortografia;
17. Acentuação;
18. Pontuação;
19. Paralelismo sintático e semântico;
20. Coesão e Coerência.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 39. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIANA, Antônio Carlos (org.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 2008.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal (com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais);
 - 1.1 Da Administração Pública (arts. 37 e 38);
 - 1.2 Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41).
2. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas

federais;

3. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública;
4. Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
6. Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até a Emenda Constitucional nº 129, de 05 de julho de 2023.

_____. Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994 (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

_____. Decreto n.º 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007 (e alterações posteriores). Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 9.784, de 29 de junho de 1999 (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Lei 11.091/2005 (e alterações posteriores). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

_____. Lei 11.892/2008 (e alterações posteriores). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores).

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

****Legislação disponível nos sites www.planalto.gov.br e www.presidencia.gov.br****

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Legislação Profissional:
 - 1.1. Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991 - Regulamenta a Profissão de Nutricionista e determina outras providências.
 - 1.2. Resolução do Conselho Federal de Nutrição Nº 599/2018 - Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências.
2. Nutrição básica:
 - 2.1. Conceito de alimentação e nutrição;
 - 2.2. Função dos alimentos;
 - 2.3. Leis da alimentação.
 - 2.4. Digestão, absorção, transporte e excreção de nutrientes;
 - 2.5. Biodisponibilidade de nutrientes;

- 2.6. Guia alimentar para a população brasileira.
3. Técnica Dietética:
 - 3.1. Conceito e objetivos;
 - 3.2. Pesos e medidas;
 - 3.3. Valor nutritivo, classificação e composição química dos alimentos;
 - 3.4. Indicadores no preparo dos alimentos;
 - 3.5. Processos básicos de pré-preparo e preparo dos alimentos.
4. Unidade de alimentação e nutrição (UAN):
 - 4.1. Teorias, conceitos básicos e funções de administração;
 - 4.2. Estrutura organizacional das UAN;
 - 4.3. Aspectos físicos das UAN;
 - 4.4. Recursos Humanos;
 - 4.5. Política de compras, controle de estoques e custos;
 - 4.6. Recebimento e armazenamento de insumos;
 - 4.7. Planejamento de cardápios;
 - 4.8. Noções de segurança e saúde no trabalho.
5. Controle Higiênico-Sanitário:
 - 5.1. Higiene dos manipuladores (higiene pessoal, uniformes, hábitos pessoais e controle da saúde dos manipuladores);
 - 5.2. Higiene Ambiental (instalações, utensílios, controle de pragas, entre outros);
 - 5.3. Higiene dos alimentos (fluxos operacionais; procedimentos de: recebimento, armazenamento, refrigeração, congelamento, descongelamento; pré-preparo, preparo, porcionamento e distribuição, utilização de sobras; transporte das refeições; controle da água para consumo)
 - 5.4. Microbiologia dos alimentos (contaminação microbiológica e agentes causadores de doenças transmitidas por alimentos, amostras de alimentos para análises microbiológicas, procedimentos para coletar e transportar amostras de alimentos);
 - 5.5. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC);
 - 5.6. Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's);
 - 5.7. Manual de Boas Práticas para Manipulação de Alimentos;
6. Educação Alimentar e Nutricional:
7. Segurança Alimentar e Nutricional
8. Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; PINTO, Ana Maria de Souza. Gestão de unidades de alimentação e nutrição : um modo de fazer. 5ª Edição. São Paulo: Metha, 2011.

BASSO, Cristiana. Alimentação coletiva técnica dietética e segurança alimentar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

SANTOS JUNIOR, Clever Jucene dos. Manual de segurança alimentar: boas práticas para os serviços de alimentação. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS – ABERC. Manual ABERC de Práticas de Elaboração e Serviço de Refeições para Coletividades. 10ª Edição. São Paulo, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação. 3ª Edição. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/>

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Guia de Boas Práticas Nutricionais para Restaurantes Coletivos. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/>

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Publicada no DOU de: 16/09/2004. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>.

BRASIL, Lei Nº 8.234, de 17 de setembro de 1.991 - Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Disponível em: <http://www.cfn.org.br>

BRASIL, Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/>

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nutricionistas do PNAE – Planejamento de cardápios para a Alimentação Escolar. Brasília, Distrito Federal. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – Cartilha para Nutricionistas do PNAE. 1ª Edição. Brasília, Distrito Federal. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução Nº 6, de 08 de maio de 2020 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>

BRASIL, Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2ª edição, Atualizado em 29/07/2022. Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília, Distrito Federal, 2011.

BRASIL, Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações.

SANTOS JUNIOR, Clever Jucene dos. Plano APPCC em estabelecimentos alimentícios: guia técnico para elaboração. Rio de Janeiro: Rubio, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN Nº 599. Publicada em 25 de fevereiro de 2018. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfn.org.br>.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN Nº 600, de 25 de fevereiro de 2018 - Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfn.org.br>.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS – 4 Região. Guia Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação Coletiva. 2ª edição. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.crn4.org.br/pg/comunicacao/publicacoesdocrn-4>

DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda. Mudanças alimentares e educação alimentar e nutricional. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GERMANO, Pedro Manuel Leal. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 6ª Edição. Barueri: Manole, 2019.

KIMURA, Alice Yoshito. Planejamento e Administração de Custos em Restaurantes Industriais. São Paulo: Livraria Varela, 2003.

RAYMOND, Janice L.; MORROW, Kelly. Krause & Mahan: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 15ª Edição. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2022.

MEZOMO, Iracema de Barros. Os serviços de alimentação planejamento e administração. 6ª Edição. São Paulo: Manole, 2015.

ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl. Técnica Dietética - Seleção e preparo de alimentos. 8ª edição (revista e ampliada). São Paulo: Atheneu, 2001.

PINHEIRO-SANT'ANA, Helena Maria. Planejamento Físico-Funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012.

PHILLIPPI, Sonia Tucunduva. Nutrição e técnica dietética. 4ª Edição. Barueri, Editora Manole, 2019.

RIBEIRO, Sandra. Gestão e Procedimentos para atingir Qualidade: Ferramentas em Unidades de Alimentação e Nutrição – UAN's. São Paulo: Livraria Varela, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Portaria 78 de 30 de janeiro de 2009. Aprova a Lista de Verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação, aprova Normas para Cursos de Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e dá outras providências. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/inicial>

SILVA FILHO, Antônio Romão A. da. Manual Básico para Planejamento e Projeto de Restaurantes e Cozinhas Industriais. São Paulo: Livraria Varela, 1996.

SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. 6. ed. atual. São Paulo: Varela, 2010.

TEIXEIRA, Suzana Maria Ferreira Gomes; et al. Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo: Editora Atheneu, 1997.

MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- Caneta esferográfica em material transparente com tinta azul ou preta, lápis e borracha.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CALCULADORA.

CARGO: PEDAGOGO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Tipologia e gênero textual;
2. Interpretação de texto;
3. Níveis de Linguagem;
4. Sinonímia e antonímia;
5. Homonímia e paronímia;
6. Polissemia;
7. Denotação e conotação;
8. Ambiguidade;
9. Pressupostos e subentendidos;
10. Figuras de linguagem;
11. Classes de palavras: emprego e especificidades;
12. Concordância verbal e nominal;
13. Regência verbal e nominal;
14. Sintaxe da oração e do período;
15. Crase;
16. Ortografia;
17. Acentuação;
18. Pontuação;
19. Paralelismo sintático e semântico;
20. Coesão e Coerência.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 39. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIANA, Antônio Carlos (org.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 2008.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal (com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais);
 - 1.1 Da Administração Pública (arts. 37 e 38);
 - 1.2 Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41).
2. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas

federais;

3. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública;
4. Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
6. Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até a Emenda Constitucional nº 129, de 05 de julho de 2023.

_____. Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994 (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

_____. Decreto n.º 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007 (e alterações posteriores). Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 9.784, de 29 de junho de 1999 (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Lei 11.091/2005 (e alterações posteriores). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

_____. Lei 11.892/2008 (e alterações posteriores). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores).

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

****Legislação disponível nos sites www.planalto.gov.br e www.presidencia.gov.br****

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. O Contexto Educacional Brasileiro e a Educação Profissional:
 - 1.1. Legislação – Normatizações
2. A Gestão Democrática:
 - 2.1. Planejamento Participativo
 - 2.2. Projeto Político – Pedagógico
3. Ação Docente:
 - 3.1. Construção do Conhecimento
 - 3.2. Planejamento de Ensino
 - 3.3. Avaliação da Aprendizagem

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de

1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as bases da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm#:~:text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica. Acessado em 01/08/2023.

BRASIL. Resolução Nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica e de Nível Médio. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acessado em 03/08/2023.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acessado em 01/08/2023.

BRASIL. Decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006. Institui no âmbito federal, o programa de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acessado em 01/08/2023.

BRASIL. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. **Acessado em 03/08/2023.**

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios. 3 ed. São Paulo – SP: Cortez, 2001.

GANDIN, Danilo. A Prática do Planejamento Participativo: Na educação e em outras instituições e movimentos nos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para Promover: As Setas do Caminho. Porto Alegre – RS: Mediação, 2001.

MORETO, Vasco Pedro. Prova um Momento privilegiado de Estudos, não Acerto de Contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico – Do Projeto Político Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula. 4. Ed. São Paulo – SP: Libertad, Subsídios Pedagógicos do Libertad. 3, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do Conhecimento em Sala de Aula. 15.ed. São Paulo: Libertad. Subsídios Pedagógicos do Libertad; V 2, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação. Concepção Dialética – Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 11.Ed. São Paulo: libertad. Cadernos pedagógicos; V 3, 2000.

MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- Caneta esferográfica em material transparente com tinta azul ou preta, lápis e borracha.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CALCULADORA.

CARGO: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Tipologia e gênero textual;
2. Interpretação de texto;
3. Níveis de Linguagem;
4. Sinonímia e antonímia;
5. Homonímia e paronímia;
6. Polissemia;
7. Denotação e conotação;
8. Ambiguidade;
9. Pressupostos e subentendidos;
10. Figuras de linguagem;
11. Classes de palavras: emprego e especificidades;
12. Concordância verbal e nominal;
13. Regência verbal e nominal;
14. Sintaxe da oração e do período;
15. Crase;
16. Ortografia;
17. Acentuação;
18. Pontuação;
19. Paralelismo sintático e semântico;
20. Coesão e Coerência.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 39. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIANA, Antônio Carlos (org.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 2008.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal (com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais);
 - 1.1 Da Administração Pública (arts. 37 e 38);
 - 1.2 Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41).

2. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
3. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública;
4. Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
6. Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até a Emenda Constitucional nº 129, de 05 de julho de 2023.

_____. Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994 (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

_____. Decreto n.º 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007 (e alterações posteriores). Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 9.784, de 29 de junho de 1999 (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Lei 11.091/2005 (e alterações posteriores). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

_____. Lei 11.892/2008 (e alterações posteriores). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores).

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

****Legislação disponível nos sites www.planalto.gov.br e www.presidencia.gov.br****

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:
 - 1.1 Programas, Financiamento, Ações, Sistemas
2. Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
3. Educação Profissional e Tecnológica:
 - 3.1 Órgãos normatizadores da EPT: No nível da União, no nível dos estados/Distrito Federal e municípios;
 - 3.2 Itinerários formativos
 - 3.3 Reconhecimento de saberes
 - 3.4 Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
 - 3.5 Ações e Programas
 - 3.6 Educação profissional no Brasil – diversos enfoques
4. Educação Superior – SESU:

- 4.1 Avaliação, Regulação e Supervisão da Educação Superior
5. Projeto Político-Pedagógico
6. Avaliação no âmbito da educação: da instituição à sala de aula
7. Base Nacional Comum Curricular
8. Legislação Educacional Brasileira:
 - 8.1 Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.
 - 8.2 Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018.
 - 8.3 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
 - 8.4 Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.
 - 8.5 Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.
 - 8.6 Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008
 - 8.7 Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009.
 - 8.8 Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.
 - 8.9 Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013.
 - 8.10 Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.
 - 8.11 **Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.**
 - 8.12 Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018.
 - 8.13 Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017.
9. Planejamento em educação

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acessado em 03/08/2023.

_____. **Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9432.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.432%2C%20DE%2029,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acessado em 03/08/2023.

_____. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13971.htm. Acessado em 11/08/2023.

_____. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm#:~:text=L13666&text=LEI%20N%C2%BA%2013.666%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202018.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,e%20n%20nutricional%20no%20curr%C3%ADculo%20escolar. Acessado em 03/08/2023.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22017.pdf?query=curriculo. Acessado em 03/08/2023.

_____. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. Ensino médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acessado em 03/08/2023.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível <http://www.fn-de.gov.br/>. Acessado em 03/08/2023.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acessado em 03/08/2023.

_____. Secretaria da Educação Superior. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/apresentacao>. Acessado em 03/08/2023.

_____. Plano Nacional De Educação em movimento. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/>. Acessado em 03/08/2023.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. Coleção: docência em formação. São Paulo: Cortez, 2002.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP. textos Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: https://www.comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Livro_PPP.pdf. Acessado em 03/08/2023.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O planejamento em educação. In: Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/10_o_planejamento_em_educacao_marcelo_soares.pdf. Acessado em 03/08/2023.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Planejamento: concepções. In: Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. Disponível em https://escolabompastor.weebly.com/uploads/1/2/5/7/12579111/-_planejamento_-_concepcoes.pdf. Acessado em 03/08/2023.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]. Gestão e avaliação da escola pública. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005. Disponível em: http://www.cinfop.ufpr.br/pdf/colecao_1/caderno_4.pdf. Acessado em 03/08/2023.

MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- Caneta esferográfica em material transparente com tinta azul ou preta, lápis e borracha.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CALCULADORA.

CARGO: TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Tipologia e gênero textual;
2. Interpretação de texto;
3. Níveis de Linguagem;
4. Sinonímia e antonímia;
5. Homonímia e paronímia;
6. Polissemia;
7. Denotação e conotação;
8. Ambiguidade;
9. Pressupostos e subentendidos;
10. Figuras de linguagem;
11. Classes de palavras: emprego e especificidades;
12. Concordância verbal e nominal;
13. Regência verbal e nominal;
14. Sintaxe da oração e do período;
15. Crase;
16. Ortografia;
17. Acentuação;
18. Pontuação;
19. Paralelismo sintático e semântico;
20. Coesão e Coerência.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 39. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIANA, Antônio Carlos (org.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 2008.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal (com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais);
 - 1.1 Da Administração Pública (arts. 37 e 38);

- 1.2 Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41).
2. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
3. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública;
4. Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
6. Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até a Emenda Constitucional nº 129, de 05 de julho de 2023.

_____. Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994 (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

_____. Decreto n.º 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007 (e alterações posteriores). Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 9.784, de 29 de junho de 1999 (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Lei 11.091/2005 (e alterações posteriores). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

_____. Lei 11.892/2008 (e alterações posteriores). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores).

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

****Legislação disponível nos sites www.planalto.gov.br e www.presidencia.gov.br****

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Fundamentos da Administração Pública;
2. Políticas Públicas;
3. Marketing;
4. Planejamento e Orçamento Público;
5. Finanças Públicas;
6. Gestão de Projetos;
7. Gestão de Pessoas;
8. Gestão por Competências;
9. Licitações e Contratos da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA

~~BRASIL. Decreto Federal nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.~~

BRASIL. Decreto Federal nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

_____. Decreto Federal nº 5.824, de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

_____. Decreto Federal nº 5.825, de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

_____. Decreto 11.246 de 27 de outubro de 2022. Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

_____. Decreto 11.317, de 29 de dezembro de 2022. Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

_____. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

_____. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

CHIAVENATO, Idalberto – Introdução à teoria geral da administração pública – 4º ed. Compacta – Barueri, SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto – 2ª.ed., Gestão de Pessoas; e o novo papel dos recursos humanos nas organizações – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004– 5ª impressão

GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de competências e gestão dos talentos. 2ª.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, Philip, Hermawan Kartajaya, Iwan Setiawan – Marketing 3.0, - Rio de Janeiro: Elsevier 2010 – 9ª reimpressão.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. 6. ed., Revisada e Atualizada, São Paulo, SP: Atlas, 2012.

PMBOK®. UM GUIA DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS (GUIA PMBOK®) - 4ª Edição 2008 - Project Management Institute , Inc.

****Legislação disponível nos sites www.planalto.gov.br e www.presidencia.gov.br****

MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- Caneta esferográfica em material transparente com tinta azul ou preta, lápis e borracha.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CALCULADORA.